

Relatório final da pesquisa "Levantamento da Situação da Educação Escolar Indígena no Brasil": apresentação dos primeiros resultados

Luís Donisete Benzi Grupioni

ABRIL 1999

Índice

- 1. Apresentação**
- 2. Histórico e justificativa da pesquisa proposta no Projeto Temático do MARI/USP**
- 3. A constituição do problema a ser investigado**
- 4. Apresentando e analisando os dados da Fundação Nacional do Índio**
 - 4.1. O contexto de atuação do órgão indigenista
 - 4.2. O Cadastro das Escolas Indígenas da Funai
 - 4.3. Os dados disponibilizados pela Funai
 - 4.4. Os dados consolidados de 1997
- 5. Apresentando e analisando os dados do Ministério da Educação**
 - 5.1. O Contexto de atuação do MEC
 - 5.2. As tentativas do MEC de produzir dados quantitativos
 - 5.3. O Censo Escolar de 1997 e 1998
- 6. Do levantamento de dados à pesquisa-ação**
 - 6.1. O Censo Escolar de 1999 e a educação indígena
 - 6.2. Um censo específico para a Educação Escolar Indígena
 - 6.3. Proposta de um instrumento para coleta de dados
- 7. Publicação do "Diretório de Associações e Organizações Indígenas no Brasil"**
- 8. Alguns comentários à guisa de conclusão**
- 9. Bibliografia citada**

Relatório final da pesquisa "Levantamento da Situação da Educação Escolar Indígena no Brasil": apresentação dos primeiros resultados

1. Apresentação

Este relatório de pesquisa aponta os resultados do levantamento e análise de dados sobre a situação da educação escolar indígena no Brasil, pesquisa proposta no âmbito do Projeto Temático do MARI/USP.

No relatório passado, apresentei os trabalhos desenvolvidos no ano anterior, centrados em três linhas de atuação: primeiro na identificação dos dados governamentais disponíveis, prioritariamente os do MEC e da FUNAI; segundo, na organização de um diretório de endereços tanto de órgãos governamentais quanto de organizações indígenas e de apoio aos índios, e, terceiro, na reunião de diversos levantamentos e diagnósticos existentes, produzidos basicamente por secretarias de educação e organizações da sociedade civil que coordenam projetos educacionais em áreas indígenas.

Neste relatório, finalizo a avaliação dos dados governamentais existentes sobre escolas, professores e alunos indígenas, apresento a interface que surgiu a partir da pesquisa e que resultou numa proposta de um censo escolar indígena, a ser realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), uma autarquia do Ministério da Educação, e comento a publicação de um diretório de organizações e associações indígenas, como sub-produto e resultado do levantamento proposto.

2. Histórico e justificativa da pesquisa proposta no Projeto Temático do MARI/USP

Quando propus esta pesquisa, tinha como objetivo realizar um amplo levantamento da situação da educação escolar indígena no Brasil, reunindo dados qualitativos e quantitativos sobre as escolas indígenas e sua clientela. Pretendia, com este levantamento, poder responder a questões básicas, como quantas são as escolas indígenas em funcionamento no Brasil, quantos alunos são atendidos por estas escolas, quem gerencia tais escolas, quantos são e quem são os docentes trabalhando nestes estabelecimentos, que tipos de currículos e materiais didáticos estão sendo utilizados e quanto se gasta com a oferta de ensino formal aos povos indígenas.

Estas são perguntas básicas para uma avaliação de como a educação oferecida aos povos indígenas está estruturada, seja em termos de política pública, seja em termos de estruturação deste campo específico, que envolve agentes, agências e recursos próprios, com determinadas finalidades e objetivos. Ficou evidente que o escopo inicial da pesquisa era amplo demais, e que era necessário dar um recorte mais preciso ao levantamento, visando uma primeira aproximação ao tema. Assim, resolvi priorizar o levantamento e a análise de dados quantitativos sobre as escolas, professores e alunos indígenas disponíveis nos dois órgãos governamentais federais, com responsabilidade direta no processo de oferta de educação formal aos índios, bem como encaminhar algumas atividades que pudessem subsidiar a continuidade da pesquisa em outras linhas de investigação.

Apesar de pequeno o contingente populacional indígena no Brasil (290.000 índios, segundo o Instituto Socioambiental, e 325.000, segundo dados da Fundação Nacional do Índio), comparado ao restante da população do país, os números relativos às escolas indígenas não são pequenos: dados do MEC dão conta de que hoje, no Brasil, há 1.591 escolas em áreas indígenas, sob a responsabilidade de 2.859 professores (dos quais 71% são professores índios) atendendo 76.293 alunos de 1^a a 4^a séries. Tais escolas estão distribuídas em 563 terras indígenas diferentes.

Assim, tendo em vista, de um lado, este contingente, e de outro, a precariedade das informações e a dificuldade de se realizar um levantamento exaustivo *in loco*, julguei que seria interessante proceder a uma exame dos diferentes levantamentos existentes e com isso compor uma primeira paisagem da questão, a partir da qual se pudesse refletir sobre a necessidade e viabilidade de realização de um novo e amplo levantamento da situação da educação escolar indígena no Brasil. Neste sentido, esta pesquisa priorizou a identificação, localização e análise crítica dos diversos levantamentos existentes na tentativa de compor um primeiro perfil da situação educacional indígena no país.

Embora tenha conseguido reunir alguns levantamentos e diagnósticos realizados por organizações não governamentais e secretarias de educação, com dados parciais e regionais sobre escolas indígenas, este material não foi trabalhado nessa fase da pesquisa, centrada na análise dos dados do governo federal. Esse material será objeto de análise enquanto um desdobramento deste projeto, uma vez que pretendo continuar trabalhando com essa temática dentro das atividades do Mari/USP. Para isso, será necessário realizar um esforço de crítica dos levantamentos disponíveis, e reunidos no âmbito deste projeto, a cerca da metodologia por eles utilizada, dos critérios empregados na confecção dos levantamentos e dos resultados obtidos. Envolverá, ainda, a investigação sobre a utilização destes levantamentos por parte dos órgãos e entidades que os produziram.

3. A constituição do problema a ser investigado

O ponto de partida desta pesquisa foi a constatação de que o Estado brasileiro desconhece a realidade da educação escolar indígena no Brasil, o que não o tem impedido de traçar uma política para o setor.

Num texto publicado recentemente, chamei a atenção para esta questão: *“Um dos obstáculos para a implementação da política nacional de educação indígena hoje é a inexistência de números confiáveis disponíveis sobre a situação da educação escolar indígena no país. Não sabemos quem são e quantos são os alunos indígenas, quantas escolas indígenas existem e qual a sua situação, quem são e quantos são os professores atuando nessas*

escolas. Enfim, não possuímos um diagnóstico sobre a situação escolar indígena brasileira. Tal mapeamento é, sem dúvida, fundamental. Afinal de contas, está em curso a implementação de uma política pública, educacional, de âmbito nacional, sem que o Estado saiba o universo sobre o qual essa política vai incidir” (Grupioni, 1997: 193-194).

A inexistência de dados precisos gera impasses na definição de metas e estratégias e, conseqüentemente, na concretização de uma política específica para atender os povos indígenas em suas demandas por uma escola de qualidade. Como alocar recursos para as secretarias de educação se não se sabe quantos são os alunos indígenas em cada Estado da federação? Como organizar programas de atendimento escolar específicos, como merenda escolar, livro didático, biblioteca escolar e etc., se não se sabe qual o número de escolas indígenas existentes no país? Como fazer investimentos em programas de formação de professores indígenas, se o número destes profissionais é uma total incógnita? Enfim, a definição e implementação de uma política nacional para a educação indígena esbarra na total carência de informações, por parte do Estado, sobre o universo no qual ele pretende atuar. E limita a atuação de segmentos da sociedade civil organizada, que não tem como pleitear um tratamento diferente do que tem sido dispensado à questão, simplesmente porque não há dados que permitam afirmar que os investimentos realizados atendem ou não o universo em questão, isto é, não há parâmetros para fiscalizar a política pública em sua implementação.

Essa ausência de dados confiáveis, além dos constrangimentos práticos, cria dificuldades em termos de retórica, não só para segmentos e organizações da sociedade civil, mas inclusive para o próprio governo, a quem caberia o mapeamento e a difusão de informações sobre a temática. Isto pode ser percebido em duas iniciativas recentes do Ministério da Educação: quando da elaboração do Plano Nacional de Educação e dos Referenciais Curriculares Nacionais para as Escolas Indígenas.

O Plano Nacional de Educação, previsto pela LDB (artigo 87), foi elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), para ser apresentado pelo poder executivo ao Congresso Nacional. Ele traça os objetivos e metas da educação nacional, do ensino fundamental ao ensino superior, para os próximos 10 anos. Um de seus componentes é a educação

escolar indígena. Diferentemente das outras modalidades de ensino enfocadas no Plano, no item educação indígena não foi apresentado nenhum dado quantitativo, nenhuma tabela, nenhum diagnóstico que pudesse dar a entender como o cumprimento daqueles objetivos e metas ali estabelecidos iriam afetar o universo em questão: e isto simplesmente porque o Estado não possui tais informações. Tanto é assim, que uma das metas do Plano neste setor é a constituição de um cadastro nacional de escolas indígenas¹.

A inexistência de dados confiáveis e sistematizados também ficou patente quando da elaboração do documento "Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas" (RCNEIs), que apresenta um conjunto de princípios e referenciais voltados para garantir o caráter diferenciado e a especificidade das escolas indígenas frente aos sistemas de ensino e entre si, buscando uma valorização e respeito aos variados projetos pedagógicos de cada etnia. Este documento, de um lado, derivou da iniciativa do MEC de instituir os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), primeiro relativos ao 1º e 2º ciclos, e agora em relação ao 3º e 4º ciclos do ensino fundamental e, de outro, da necessidade de estabelecer-se a particularidade das escolas indígenas frente a estes parâmetros nacionais. Na versão preliminar deste documento, na parte introdutória, os dados quantitativos estavam anunciados, mas não apareciam no texto, que foi objeto de uma redação coletiva, envolvendo diferentes especialistas de universidades e professores indígenas. As primeiras versões do texto foram submetidas a pareceristas sem que nenhum dado específico sobre número de escolas, número de alunos e professores indígenas fosse apresentado. A inclusão destas informações só ocorreu quando o texto já estava sendo preparado em arte final, a partir de informações fornecidas pela Funai e complementadas pelo MEC com dados solicitados às secretarias estaduais de educação (ver adiante comentário sobre os dados da Funai).

Estes dois exemplos ilustram a diretriz que tomei ao formular esta proposta de levantamento, ou seja, de que o Estado Brasileiro não possui dados confiáveis sobre a situação da educação escolar indígena no país. Assim, estabeleci como primeira meta da pesquisa a identificação, análise,

¹ Refiro-me a meta de número 8 do Plano Nacional de Educação, apresentado pelo Governo Federal ao Congresso Nacional: "*Proceder, dentro de dois anos, ao reconhecimento oficial e à*

sistematização e avaliação dos levantamentos e informações disponíveis, no âmbito federal, pensada como primeiro passo para a possível elaboração de uma proposta consistente de diagnóstico da situação da educação escolar oferecida aos povos indígenas, a ser realizada numa segunda fase de pesquisa, e que envolveria o estudo dos levantamentos disponíveis produzidos por ongs e secretarias e já reunidos no MARI/USP, além de buscar outros levantamentos. Para isso, priorizou-se também nesta primeira fase da pesquisa o levantamento de endereços de ongs, organizações indígenas, órgãos governamentais e centros de pesquisa, na forma de diretórios de endereços (que foram apresentados no relatório anterior e que são objeto de um comentário neste relatório, ver adiante), que possam subsidiar a continuidade deste levantamento.

Neste relatório finalizo a avaliação dos dados governamentais existentes sobre escolas, professores e alunos indígenas produzidos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e pela Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas do Ministério da Educação (MEC). Apresento a interface que surgiu a partir da pesquisa nesses órgãos e da divulgação do primeiro relatório desta pesquisa dentro do MEC, que resultou na proposta de um censo escolar indígena a ser realizado pelo INEP/MEC ainda este ano. E por fim, comento a publicação de um diretório de organizações e associações indígenas no Brasil, como sub-produto e resultado do levantamento proposto e que servirá de alicerce para os desdobramentos que esta pesquisa poderá ter.

4. Apresentando e analisando os dados da Fundação Nacional do Índio

4.1. O contexto de atuação do órgão indigenista

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) manteve até 1991 o monopólio na condução da oferta de educação escolar para os povos indígenas. Isto não significa que a implementação e gerenciamento das escolas indígenas fosse exclusivamente desempenhada pelos técnicos do órgão indigenista, visto que

regularização legal de todos os estabelecimentos de ensino localizados no interior das terras indígenas e à constituição de um cadastro nacional de escolas indígenas". (INEP, 1998)

desde que o Estado assumiu a assistência aos povos indígenas, em 1910, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), essa tarefa foi cumprida, em grande parte, através de convênios com ordens religiosas e missões evangélicas. O que ocorreu em 1991 foi a transferência da responsabilidade do gerenciamento da educação indígena da Funai para o MEC através do decreto 26/91, assinado pelo então presidente da República, Fernando Collor de Mello, que estabelecia o envolvimento das secretarias estaduais de educação no atendimento escolar aos povos indígenas. Esse envolvimento ocorreu paralelamente às iniciativas do MEC de formular uma política nacional de educação escolar indígena, em consonância com os novos preceitos estabelecidos pela Constituição de 1988 e apoiado em experiências educativas significativas de projetos piloto desenvolvidos por entidades de apoio aos índios.

Mas esse não foi um processo tranqüilo, nem política nem administrativamente. *“A passagem da responsabilidade pela educação indígena da Funai para o MEC, que possibilitou a formulação e aceitação pelo Estado de uma nova ideologia quanto aos objetivos da educação a ser oferecida aos povos indígenas, não representou apenas uma mudança do órgão federal gerenciador do processo. Representou também uma mudança em termos de execução: se antes, as escolas indígenas eram mantidas pela Funai, ou por secretarias estaduais e municipais de educação, através de convênios firmados com o órgão indigenista oficial, cabe agora aos estados assumir tal tarefa. Tal mudança veio a rebote da anterior, contrariando a expectativa geral de que o MEC seria o novo gestor das escolas indígenas. A estadualização das escolas indígenas, e em alguns casos, sua municipalização, ocorreu sem que se criassem mecanismos que assegurassem uma certa uniformidade de ações e sem que se garantisse a especificidade destas escolas”* (Grupioni, 1997: 198).

O quadro resultante deste processo é marcado por uma profusão de agentes e por uma heterogeneidade de propostas em termos de projetos de escolarização indígena, agravado por disputas políticas e administrativas entre os órgãos governamentais que têm responsabilidade nesta questão.

Se, nos anos seguintes à instituição do decreto 26/91, a perspectiva da Funai foi a de rejeitar o decreto, exigindo sua revogação ao mesmo tempo em

que propagava a falta de qualificação dos novos parceiros e tentava inviabilizar suas ações, nos últimos anos, tornou-se notória a mudança de atitude dos técnicos da Funai que, na maioria das administrações regionais, têm assumido um papel supervisor e, em alguns casos, de colaboração com núcleos de educação indígena das secretarias estaduais e com organizações não-governamentais que desenvolvem projetos educacionais em áreas indígenas. Vale, porém, registrar que ainda há vários conflitos latentes e não equacionados no relacionamento dos técnicos do órgão indigenista com os técnicos das secretarias de educação, evidenciando uma disputa pela hegemonia no campo do atendimento educacional aos povos indígenas.

A Funai continua a ser interlocutora presente no atendimento educacional aos povos indígenas: é mantenedora de algumas escolas, mantém entre seus quadros professores índios e não-índios, controla o ingresso de técnicos e pesquisadores em áreas indígenas, apoia financeiramente índios estudantes em cidades e continua a receber do orçamento da União recursos para prestar assistência educacional às comunidades indígenas: em 1996, os recursos destinados à assistência à educação escolar indígena para a Funai foram da ordem de R\$ 1.365.000,00. Em 1997, esse montante atingiu a cifra de R\$ 2.000.000,00 e, em 1998, esses recursos chegaram a R\$ 2.305.000,00. Esses recursos correspondem ao orçamento efetivamente executado pela Funai.

4.2. O Cadastro das Escolas Indígenas da Funai

Na sede do órgão, em Brasília, vinculado à Diretoria de Assistência, existe o Departamento de Educação. Este tem cumprido um papel de intermediação entre as administrações regionais do órgão e as secretarias de educação nos Estados, além de firmar convênios com outros órgãos da administração pública para construção, reforma e manutenção de escolas e assistência aos estudantes indígenas, entre outras atribuições. É neste departamento que se constituiu um cadastro de escolas indígenas, que é alimentado com informações solicitadas às administrações regionais do órgão. E é deste cadastro que saem as informações atualmente utilizadas pelo

governo, tanto pela Funai quanto pelo MEC, sobre a educação escolar indígena no país.

O cadastro vem sendo montado desde 1996, quando este departamento enviou esforços para levantar dados mais sistemáticos sobre as escolas em áreas indígenas, priorizando este cadastro como uma ação específica dentro de suas atribuições. Para sua estruturação o Departamento de Educação enviou para as administrações regionais um formulário que deveria ser preenchido e devolvido à sede da Funai em Brasília. Estes questionários foram tabulados e suas informações sistematizadas e consolidadas deram origem aos primeiros dados gerais disponíveis sobre escolas e estudantes indígenas. Passaram-se, pelo menos, dois anos entre o preenchimento dos formulários e a criação de condições técnicas e operacionais que permitissem a incorporação dos dados no computador, de forma que, quando o cadastro estava pronto, já estava desatualizado.

O Departamento de Educação vem tentando, desde então, atualizar esse cadastro, solicitando que às administrações regionais enviem novos dados, e consolidando os dados a cada ano. Para isso, enviou, em 1997, um formulário para ser preenchido pelos técnicos das ADRs. Segundo avaliação da atual chefe do Departamento de Educação da Funai, a pedagoga Susana Grillo, é grande a diversidade de respostas contidas nas planilhas de coleta de dados, sendo comum os formulários retornarem incompletos ou preenchidos de modo aleatório, não respeitando as informações solicitadas. Basicamente, os técnicos das ADRs se valem de três expedientes para preencher as planilhas: (a) realizam visitas às áreas indígenas, coletando *in loco* as informações, (b) solicitam os dados via radiofonia ou (c) se valem de dados já disponíveis nas ADRs, na forma de relatórios ou levantamentos. Nos casos de inconsistência, o procedimento tem sido retornar os formulários para que sejam corrigidos. Com isso, os dados não têm a mesma atualidade e ficam a mercê do interesse e da disposição dos funcionários das ADRs. Para citar um exemplo de como os dados são enviados de forma fragmentada pelas ADRs, basta dizer que algumas não discriminam os alunos indígenas por série, como solicita a planilha do Departamento de Educação, mas enviam apenas o total de alunos.

O formulário enviado, em 1997, denominado " *Quadro demonstrativo das escolas indígenas*" é composto por vários campos. A entrada dos dados se faz pela "Terra Indígena". Em seguida são solicitadas as seguintes informações:

Sociedade(s) indígena(s)

Nome da Escola

Aldeia

Município

UF

Quantitativo de alunos indígenas do 1º grau por séries (pré, 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e total).

O Departamento de Educação tem procurado manter o cadastro atualizado e consolidar informações por Estado e por Região sobre número de escolas, número de alunos em escolas na aldeia e em escolas fora da aldeia, número de alunos por séries (do pré-escolar à última série do ensino fundamental). O cadastro da Funai foi feito no programa Excell, organizado por estados, o que permite sua constante atualização e produção de novos dados consolidados. Além disso, a Funai mantém números sobre alunos no ensino médio e no ensino superior.

4.3. Os dados disponibilizados pela Funai

Os dados disponibilizados pela Funai em 1997, relativos a 1996, indicam a existência de 1.235 escolas indígenas e de 62.351 alunos do pré-escolar a oitava série. Em 1998, os dados divulgados, referentes ao ano de 1997, foram: 1.306 escolas indígenas e 66.481 alunos (estes dados referem-se a uma contagem parcial dos dados, ver adiante os dados consolidados). Diante da precariedade do processo de coleta dos dados, não é possível afirmar que houve de fato esse aumento expressivo tanto no número de escolas quanto no número de alunos. Esses dados são, antes de tudo, indicadores do universo em questão, mas não o representam com exatidão. Ao verificarem situações particulares, representantes de organizações não governamentais, que acompanham o funcionamento de algumas escolas indígenas no Acre e no Amazonas, por exemplo, informaram que os números estavam sub-estimados.

Mesmo assim, são os únicos dados disponíveis no momento. A Funai tem utilizado levantamentos produzidos por organizações não-governamentais para atualizar e complementar dados em certas regiões.

O MEC, por exemplo, ao anexar informações quantitativas no documento dos RCNEIs, como comentado acima, valeu-se destes dados para preparar uma nova síntese. Para tanto, o MEC solicitou às secretarias de educação que enviassem informações sobre número de alunos, número de escolas e número de professores indígenas e não-índios. Tomando por base os dados consolidados pela Funai, o MEC substituiu os totais por Estado quando as informações fornecidas pelas Secretarias de Educação eram diferentes daquelas constantes no cadastro da Funai. É preciso registrar que nem todas as secretarias de educação contactadas pelo MEC forneceram as informações solicitadas. Assim, neste documento, o MEC divulgou os seguintes dados: 76.293 alunos em 1.591 escolas indígenas, onde atuam 2.859 professores (2.041 índios e 818 não-índios). Como estes dados provêm de uma mistura de fontes, os dados da Funai permanecem mais confiáveis, simplesmente por manterem a memória de cálculo e a planilha de origem dos dados.

A Funai também mantém uma planilha com o número de alunos indígenas matriculados em instituições de nível superior. Estes dados estão disponíveis na *homepage* da Funai, organizados por região e por cidades. Indica-se o curso, se a instituição é particular ou pública, o número de alunos e a etnia a qual pertencem. De acordo com as informações divulgadas na *homepage* são 102 estudantes em cursos de nível superior em 1997, sendo 46 em instituições particulares e 56 em instituições públicas.

Além desta informação, a *homepage* da Funai apresenta uma tabela com informações referentes ao ano de 1996, com o número de alunos, por série, no primeiro grau, em escolas da aldeia (62.351 estudantes) e em escolas fora da aldeia (8.345 estudantes), no segundo grau em escolas fora da aldeia (1.009 estudantes) e no terceiro grau (61 estudantes), atingindo um total de 71.766 alunos indígenas no Brasil.

4.4. Os dados consolidados de 1997

Agora, em 1999, o Departamento de Educação da Funai conseguiu consolidar os dados referentes a 1997 e disponibilizá-los aos interessados. É preciso registrar que estes dados não foram objeto de uma publicação específica. A partir do banco de dados, em Excell, uma série de tabelas, com diferentes cálculos, foram organizadas. Algumas delas são apresentadas no anexo deste relatório.

Segundo os dados consolidados da Funai para 1997, o total de alunos indígenas no Brasil é de 80.196, distribuídos da seguinte forma:

Número de alunos indígenas no Brasil em 1997.
70.659 alunos no ensino fundamental, em escolas nas aldeias;
8.345 alunos no ensino fundamental, em escolas fora das aldeias;
1.087 alunos de ensino médio, em escolas fora das aldeias; e
105 alunos de ensino superior.

Deste total, a região norte é a que concentra o maior número de alunos do ensino fundamental, em escolas nas aldeias, com 35.333 alunos, o que corresponde a metade do total de alunos indígenas. Os outros 50%, distribuem-se da seguinte forma, pelas outras regiões:

Região	Número de alunos	%
Nordeste	15.662	22%
Centro-Oeste	11.788	17%
Sul	5.507	8%
Sudeste	2.369	3%

Nessas regiões, sobressaem os Estados do Amazonas, Roraima, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Maranhão, com o mais de 5.000 alunos matriculados.

Já o número de escolas apresentado para 1997 atingiu um total de 1.438 escolas do ensino fundamental, assim distribuídas:

Região	Escolas
Norte	861
Nordeste	229
Centro-Oeste	215
Sudeste	39
Sul	94
Total	1.438

Deste total de 1.438 escolas do ensino fundamental, segundo os dados da Funai, apenas 50 delas oferecem o ensino fundamental completo para 9.331 estudantes indígenas. As outras 1.388 escolas oferecem apenas as primeiras séries e/ou ciclos do ensino fundamental.

O cadastro da Funai apresenta, ainda, informações sobre o número de professores indígenas. Em 1997, os dados consolidados indicam 1.985 professores indígenas e 652 professores não-índios, totalizando 2.637 professores em atuação nas escolas indígenas. Destes, 708 possuiriam o título de magistério e 44 o de magistério indígena, sendo todos do estado de Pernambuco. Essa última informação já demonstra a precariedade deste tipo de dado mais qualitativo, uma vez que há registro de experiências de magistério indígena em outros estados, como em Roraima, onde há vários profissionais indígenas com esse diploma, e que nas listagens do cadastro da Funai não aparecem.

Aqui, novamente vale a pena chamar a atenção para os dados apresentados pelo MEC no documento "Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas", pois eles evidenciam uma super-estimativa, cuja memória de cálculo não é disponível, como relatado acima. Assim, enquanto a Funai totaliza um número de 2.637 professores em áreas indígenas, o MEC dá um total de 2.859, sendo que para a Funai são 1.985 professores indígenas e para o MEC, 2.041.

Voltando aos dados da Funai, o consolidado de 1997, apresenta uma progressão do número de escolas registradas nos últimos três anos:

Ano	Número de Escolas
1995	1.235
1996	1.306
1997	1.438

Segundo avaliação de Susana Grillo, chefe do Departamento de Educação da Funai, esse aumento progressivo no número de escolas apontado no cadastro da Funai, bem como no número de alunos, não implica necessariamente em aumento na oferta e nem no contingente de alunos, devido justamente à precariedade dos dados até agora disponíveis. Essa mudança de números deve ser entendida, segundo ela, como sinal da melhoria no sistema de coleta de dados, sendo imprudência qualquer tentativa de analisar progressão ou efetuar comparações nesses números.

O cadastro da Funai nos fornece ainda outros dados interessantes, como por exemplo o número de alunos indígenas em escolas fora das aldeias, por série e por região. Eles totalizam 8.345 alunos, da primeira a última série do ensino fundamental.

Região	No. de alunos fora das aldeias
Norte	2.948
Nordeste	1.968
Centro-Oeste	2.498
Sudeste	269
Sul	662
Total	8.354

Já em relação ao número de alunos do ensino médio fora das aldeias, os dados da Funai são os seguintes:

Região	No. de alunos fora das aldeias
Norte	339
Nordeste	309
Centro-Oeste	262
Sudeste	49
Sul	128
Total	1.087

É preciso registrar que estes dados de alunos indígenas freqüentando escolas fora das aldeias apresentam um grau maior de confiabilidade, pois em muitos casos, técnicos da Funai acompanham esses alunos, fornecendo bolsa de estudos, efetuando matrículas e alojando alunos indígenas nas cidades. Mas como não há um investimento específico nessa pesquisa, esses dados também são mais indicadores do que registros efetivos dessa população.

Um último tipo de dado disponível no cadastro da Funai merece comentário: é o relativo ao número de alunos indígenas em curso superior. Aqui também os dados são inconsistentes, mas o esforço em registrar esse tipo de informação deve ser reconhecido. A tabela da Funai apresenta várias lacunas, inclusive porque várias ADRs não forneceram informação alguma sobre esses alunos. Os campos previstos para preenchimento são: sociedade indígena a qual o aluno pertence, nome do curso e se é realizado em instituição particular ou pública. Para 1997, os dados consolidados são:

Região	Instituição Particular	Instituição Pública	Total
Norte	2	24	26
Nordeste	19	2	21
Centro-Oeste	8	28	36
Sudeste	4	0	4
Sul	18	0	18
Total	51	54	105

Voltando ao número de alunos por série, que constitui o dado mais trabalhado no cadastro das escolas indígenas mantido pelo Departamento de Educação da Funai, as informações foram processadas de forma que é possível obter listagens por estados, por estados e terras indígenas, por estados e municípios e por ADRs da Funai. Os dados são apresentados pelo quantitativo de alunos indígenas em cada série do ensino fundamental, do pré à oitava série. Há várias ressalvas nas planilhas, indicando que numa dada terra indígena, por exemplo, o número total de alunos não representa a soma dos alunos em todas as séries, pois de algumas escolas obteve-se apenas o número de alunos em sua totalidade, sem discriminar sua matrícula nas respectivas séries.

Os dados disponíveis na Funai constituem uma importante referência, até agora a única disponível, sobre o total dos alunos e das escolas indígenas no Brasil. Por manterem a memória de cálculo e a planilha de origem dos dados apresentam certa confiabilidade, mas não representam um registro totalizante do universo investigado. Primeiro, porque os próprios dados já se mostram defasados, pois se reportam a um universo investigado em 1997, contendo informações relativas a anos anteriores. Segundo porque o processo de coleta de dados foi heterogêneo e pouco sistemático, dependendo do interesse e envolvimento dos técnicos de cada administração regional do órgão indigenista. Terceiro porque não permite vislumbrar adequadamente o universo coberto pelo levantamento: não há como saber quantas escolas e alunos ficaram de fora do levantamento, e com certeza, esses números são significativos.

Por tudo isto, o cadastro das escolas indígenas da Funai constitui uma fotografia de referência do universo educacional indígena brasileiro, mas não é o seu retrato efetivo. Para tanto, seria preciso controlar adequadamente o processo de coleta das informações (prazos e categorias de dados) e ter um mapeamento seguro das escolas em áreas indígenas, através de um cadastro com todos os estabelecimentos de ensino relacionados. Mesmo assim, esses dados constituem a única base até agora disponível e ponto obrigatório de partida para qualquer empreendimento que vise realizar um diagnóstico das escolas e dos alunos indígenas no Brasil.

5. Apresentando e analisando os dados do Ministério da Educação

5.1. O Contexto de atuação do MEC

Sete anos depois de ter assumido o gerenciamento da educação escolar indígena no país, o MEC ainda não dispõe de dados próprios sobre o número de alunos, escolas e professores indígenas no país. Essa não foi, até muito recentemente, uma prioridade assumida pela Assessoria de Educação Escolar Indígena do MEC, hoje Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas, criada para organizar as ações do ministério nesta área, embora várias iniciativas tenham sido realizadas no sentido de coletar dados, que, todavia, nunca foram sistematizados.

O MEC assumiu a condução da política educacional voltada para os povos indígenas em termos de um macro-gerenciamento, formulando normas e procedimentos para a implementação de programas educacionais em áreas indígenas e disponibilizando recursos financeiros para execução destes programas por parte das secretarias estaduais de educação e de organizações da sociedade civil. Num primeiro momento, tratou de constituir um comitê assessor que se incumbiu da tarefa de redigir diretrizes nacionais para a política nacional de educação escolar indígena, que foram difundidas nacionalmente e que pautaram algumas das iniciativas do MEC em termos de elaboração de programas e de alocação de recursos.

O MEC, através de seus técnicos e de membros deste comitê assessor, se fez presente nos Estados participando de reuniões técnicas, incentivando e assessorando a criação de coordenações e núcleos de educação indígena nas secretarias estaduais e promovendo encontros nacionais de técnicos, assessores e organizações de apoio para a discussão de encaminhamentos relativos à implementação de programas educacionais em áreas indígenas, de acordo com as diretrizes nacionais.

Dada a política nacional de descentralização administrativa na área educacional, o MEC não tem como intervir no trabalho desenvolvido pelas secretarias estaduais, nem como forçar as secretarias a absorverem as escolas indígenas em seus planos de trabalho. Pode somente recusar projetos mal formulados ou em desacordo com a política traçada para o setor. De modo

geral, o que se tem visto é um trabalho de parceria entre o MEC e os setores responsáveis pela educação indígena nos estados. As informações sobre escolas e alunos indígenas disponíveis no MEC provêm deste trabalho de parceria. Elas estão em relatórios e informes preparados pelas secretarias estaduais de educação sobre os trabalhos que estão desenvolvendo, ou por organizações não-governamentais de apoio aos índios, que coordenam projetos educacionais em áreas indígenas e têm contado com uma ajuda financeira parcial do MEC para a realização de cursos de formação de professores indígenas e publicação de materiais didáticos elaborados durante esses cursos. São informações fragmentadas que nunca foram sistematizadas.

5.2. As tentativas do MEC de produzir dados quantitativos

Só recentemente, o MEC realizou alguns esforços para consolidar dados sobre a realidade indígena no país, sem contudo ter logrado um cadastro efetivo que balizasse suas ações, pois tais iniciativas não tiveram continuidade.

Em 1996, a Assessoria de Educação Indígena do MEC, transformada em Coordenação Nacional de Apoio às Escolas Indígenas, preparou um formulário, denominado "Cadastro da Escola Indígena", que foi enviado para as secretarias municipais de educação. Constavam deste formulário os seguintes campos, que foram baseados no formulário de coleta de dados do censo escolar:

Nome do estabelecimento
Localização
Endereço para correspondência
Condição de funcionamento (em atividade, extinto, paralisado)
Dependência administrativa (federal, estadual, municipal, Funai, missões, outros)
Etnia(s) atendida(s) pela escola
Língua(s) indígena(s) falada(s) pela(s) comunidade(s)
Níveis de ensino ministrados (pré-escolar, classe de alfabetização, fundamental – 1ª a 4ª série, fundamental – 5ª a 8ª série, médio – 2º grau)
Modalidades das classes de ensino (classes com uma única série, classes multiseriadas)
Número de salas de aula existentes (permanentes, provisórias)

Número de salas de aula utilizadas (no estabelecimento, fora do estabelecimento)

Biblioteca (sim, não)

Quadra de esportes (sim, não)

Total de servidores do Estabelecimento

Número de professores por grau de formação e nível/modalidade de atuação

Número de professores com 1º grau incompleto

Número de professores com 1º grau completo

Número de professores com magistério completo

Número de professores com outra formação completa

Número de professores com curso superior com licenciatura (curta, plena)

Número de professores com nível superior completo sem licenciatura

Total de professores da escola (professores índios, professores não-índios)

Situação funcional dos professores

Número de concursados (municipal, estadual)

Número de contratados (especificar por quem)

O ensino se dá em (Língua portuguesa, língua indígena, bilíngue)

Turnos e horários de funcionamento da escola (matutino – início e fim; vespertino – início e fim; noturno – início e fim)

Número de turmas por período de funcionamento da escola

Número de alunos por turma

Total de alunos da escola

Descreva brevemente a(s) fonte(s) consultada(s) para a obtenção das informações.

Os formulários, que foram respondidos por um número expressivo de municípios, foram repassados para o setor de informática do Ministério que preparou um banco de dados a partir das informações coletadas, atividade esta desenvolvida dentro de um financiamento propiciado pelo Projeto Nordeste. O banco de dados, denominado "Escolas Indígenas", foi estruturado no programa Access e está organizado em três telas: na primeira, estão disponíveis informações gerais sobre a escola (nome, endereço, níveis de ensino, língua, etc); na segunda tela, denominada "funcionários", estão as informações sobre os servidores e sobre os professores; e na terceira tela, denominada "salas de aula", estão os dados sobre as modalidades de ensino, turmas e número de alunos. Para este banco foi preparado um único tipo de relatório centrado no município, contendo as seguintes informações: nome da escola, endereço, condição de funcionamento, etnias, número de alunos, número de professores e número de salas de aula. Evidentemente, outros relatórios podem ser

produzidos a partir das informações existentes no Banco, mas para isso é preciso re-programar o campo "relatório".

Este banco de dados foi entregue à Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas, acompanhado de um relatório impresso, mas nunca foi aberto pelos técnicos que o encomendaram, de forma que as informações aí lançadas nunca foram conferidas ou utilizadas.

Em 1995, 1996 e 1997, a Coordenação solicitou dados consolidados sobre número de alunos, escolas e professores aos Núcleos de Educação Indígena (NEIs) das Secretarias Estaduais de Educação. Estas informações foram repassadas segundo o tipo de dados que os NEIs dispunham, isto é, no seu conjunto apresentam dados heterogêneos: enquanto alguns NEIs encaminharam listas com nomes das escolas e dados detalhados de cada uma delas, outras enviaram apenas números totais referentes ao seu Estado.

Em 1996, a Coordenação solicitou informações enviando para os NEIs um quadro, denominado "Demonstrativo da Situação da Educação Escolar Indígena", do qual constavam os seguintes campos:

UF
Etnia
língua indígena
instituições envolvidas
número de escolas
número de professores
número de alunos

Estes dados foram solicitados para subsidiar a participação da Coordenação no II Congresso Latinoamericano de Educacion Intercultural Bilingue, ocorrido na cidade de Santa Cruz de La Sierra, Bolívia. Para isso, os dados foram consolidados num relatório que nunca chegou a ser divulgado no Brasil.

Em 1998, novamente os NEIs foram acionados pela Coordenação, em virtude da elaboração do documento *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Desta vez foram solicitados os seguintes dados:

número de escolas
número de alunos
número de professores índios
número de professores não-índios.

Do total das secretarias de educação, apenas 11 responderam à solicitação. E foram com estas informações que a Coordenação atualizou os dados preparados pela Funai para este documento, como já foi comentado no tópico anterior deste relatório.

5.3. O Censo Escolar de 1997 e 1998

A Coordenação realizou ainda uma outra tentativa de coleta de dados sobre as escolas indígenas, incluindo no Censo Escolar de 1997 uma questão sobre essas escolas.

O Censo Escolar é uma das três modalidades de pesquisa efetuadas pelo MEC em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação. As outras duas modalidades são o Censo do Ensino Superior e o Censo sobre o Financiamento da Educação. Estes *“têm por objetivo a produção de dados e informações estatístico-educacionais para subsidiar o planejamento e a gestão da educação brasileira pelas esferas governamentais”* (Homepage do MEC).

Os dados levantados durante o Censo constituem a fonte primária do banco de dados do “Sistema Integrado de Informações Educacionais (SIED)”, que produz indicadores utilizados pelo governo para o acompanhamento do sistema educacional brasileiro. A portaria n.º 1.496, de 01/12/95, instituiu o “Dia Nacional do Censo Escolar”, data que nos últimos anos foi estabelecida no mês de março e que representa o dia a partir da qual as escolas recebem o formulário do Censo e devem respondê-lo. Trata-se de uma obrigação para cada estabelecimento escolar, e que pela lei 9.424, de 24/12/96, é passível de sanções administrativas, aqueles estabelecimentos que fornecerem informações falsas. Cabe ao INEP o controle de qualidade do censo e a realização de auditorias para comprovação dos dados informados pela escola.

Tanto no Censo de 1997 quanto no Censo de 1998, foi introduzido um campo denominado "Educação Indígena", no Bloco 1 do formulário, denominado "Cadastro da Escola". Este campo apresentava duas opções disponíveis, devendo-se assinalar mais de uma se fosse o caso. As opções eram: língua materna e língua portuguesa.

O pressuposto ao se colocar este campo era de que seu preenchimento indicaria se aquela escola era indígena ou não. Sendo indígena, permitiria ter acesso a todas as outras informações coletadas no formulário do censo.

Os dados de 1997 foram tabulados e estão disponíveis aos interessados, sendo que vários indicadores estão acessíveis na homepage do MEC. O Censo de 1998 teve seu processamento finalizado no decorrer do segundo semestre do ano passado.

Não obstante a inclusão desta pergunta nos dois últimos censos, nunca foi requisitado ao INEP dados sobre as escolas que teriam preenchido esse campo. Isto só ocorreu durante esta pesquisa, quando tive oportunidade de solicitar ao INEP a produção de dados sobre as escolas indígenas.

6. Do levantamento de dados à pesquisa-ação

Surpreso com a informação dos estatísticos do INEP de que era alto o número de escolas indígenas, superando a casa de 2.000 escolas, estranhei o fato e pedi a impressão de relatórios individuais, por escolas, selecionando campos determinados do formulário do censo, com informações sobre endereço, infra-estrutura, número de alunos, situação da escola, professores, funcionários e etc. Quando começaram a imprimir e a avaliar os formulários apareceram escolas indígenas nas capitais de grandes cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo.

O que ocorreu foi um erro no preenchimento do formulário por um descuido de quem o estava preenchendo que não prestou atenção ao nome do campo da pergunta, que era "Educação Indígena". Ao ler as opções: língua materna ou língua portuguesa, muitas escolas assinalaram um ou outro campo, ou mesmo os dois. A inexistência de qualquer outra pergunta que permitisse um cruzamento, inviabilizou qualquer forma de checagem dos dados.

Solicitei que a impressão dos relatórios fosse feita somente quando o campo preenchido fosse o de língua materna, cruzada com uma pergunta anterior sobre a localização da escola (zona urbana e zona rural). Assim, aqueles formulários que preenchessem o campo zona rural e língua materna deveriam ser impressos, mas o resultado continuou ruim, aparecendo diversas escolas que não eram indígenas.

Diante disto, iniciei uma série de conversas com Ednar Maria Vieira Diniz, da Diretoria de Estatística do INEP, no sentido de incluir outras perguntas no formulário que permitissem efetivamente colher dados das escolas indígenas. Num primeiro momento a proposta foi a de ter mais de uma questão de modo que fosse possível precisar claramente o que era escola indígena e o que não era. Num segundo momento, partimos para a definição de algumas perguntas que poderiam nos trazer novos dados sobre as escolas indígenas e que assim só interessariam a quem estivesse preocupado com esse universo de escolas.

6.1. O Censo Escolar de 1999 e a educação indígena

Esta iniciativa teve como resultado prático a inclusão de três questões específicas no Bloco 1 do formulário do Censo Escolar de 1999 e de uma nova categoria em outra questão. Neste Bloco, no item Níveis e Modalidades de Ensino, incluiu-se uma retransca denominada "Educação Indígena" com três perguntas, que deveriam ser respondidas *"Somente para as escolas destinadas ao atendimento exclusivo de educandos de comunidades indígenas"*.

As perguntas de números 31, 32 e 33, incluídas neste censo, foram:

31 - Educação Indígena

Sim Não

32 - Idioma em que o Ensino é Ministrado (assinalar as duas opções se for o caso)

Língua Indígena Língua Portuguesa

33 - Materiais Didáticos Específicos ao Grupo Étnico

Sim Não

E no Bloco 2 - "Caracterização Física da Escola", na pergunta de número 01 - "Local de funcionamento da escola (assinalar mais de uma opção, se for o caso)", incluiu-se entre as categorias existentes nos outros censos (prédio escolar, templo/igreja, salas de empresa, casa do professor, salas em outra escola, galpão/rancho/paiol/barração, outros) a categoria "Terra Indígena".

A opção pela inclusão destas perguntas deve-se a duas variáveis: a primeira diz respeito ao fato de que o formulário do censo é distribuído para mais de 200.000 escolas em todo o país, e que portanto não seria aconselhável a elaboração de um campo grande, com muitas questões, a ser preenchido por uma pequena parcela deste contingente de escolas, isto é, somente pelas escolas indígenas. A segunda variável está relacionada ao fato de que o texto do primeiro relatório desta pesquisa, que integrou o 3º relatório científico do projeto temático enviado à Fapesp no ano passado, foi encaminhado ao INEP como subsídio para se pensar as questões relativas às escolas indígenas, tendo produzido um efeito positivo: surgiu entre a Diretoria de Estatística e a Diretoria de Disseminação de Informações Educacionais, do INEP, a proposta de realização de uma pesquisa específica sobre as escolas indígenas.

O censo de 1999 foi distribuído para os estabelecimentos de ensino no dia 31 de março. Cada secretaria de educação dos estados mantém um departamento de estatística responsável pelo envio dos formulários do censo para as escolas e pela digitação dos dados preenchidos e seu envio para consolidação no INEP, em Brasília. Esses dados vão sendo enviados parcialmente, de modo que é possível ir acompanhando o desenvolvimento do processo de consolidação das informações por estados. No mês de agosto deve se ter uma primeira consistência dos formulários, de forma que ainda não é possível qualquer leitura e análise dos dados que virão este ano a partir da inclusão destas novas questões.

O Censo Escolar de 1999 permitirá, pela primeira vez, a realização de uma avaliação sobre a situação das escolas indígenas no Brasil. Será possível traçar um quadro da situação de reconhecimento e de inclusão nos sistemas educacionais das diferentes escolas indígenas existentes. E será possível obter um conjunto amplo de informações sobre alunos, professores, funcionários,

condições de ensino, modalidades e níveis, equipamentos e infra-estrutura existente. Estas informações só deverão estar disponíveis no segundo semestre deste ano, quando será possível imprimir os relatórios individuais por escola e montar bancos de dados cruzando as informações ali contidas.

6.2. Um censo específico para a Educação Escolar Indígena

Como afirmei acima, a divulgação do primeiro relatório desta pesquisa junto ao INEP e a Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas, resultou numa proposta de elaboração de uma pesquisa específica, na forma de um censo nacional, voltado exclusivamente para o levantamento de informações sobre a situação das escolas indígenas no país. Contribuiu para que esta proposta ganhasse fôlego dentro do MEC o fato de que, por uma portaria ministerial, todos os levantamentos e bases de dados sobre a educação devem ser centralizados no INEP. Assim, quando a Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas procurou sistematizar esforços para a consolidação de um cadastro próprio das escolas indígenas viu-se impelida a realizar esse trabalho em parceria com o INEP.

Diferentemente do que costuma ocorrer em certas iniciativas governamentais, marcadas pelo imobilismo, a proposta de realização de um censo da educação escolar indígena está caminhando rapidamente, já tendo inclusive sido anunciada pela diretora do INEP e pelo próprio Ministro da Educação para ser realizada este ano.

Além do censo escolar, o INEP realizará este ano três pesquisas especiais: a da educação escolar indígena e outras duas: uma sobre o ensino especial, cobrindo as escolas que estão dentro do censo escolar, e a outra sobre o ensino profissional, cuja maioria das escolas não é abarcada pelo censo escolar. No caso da educação indígena, além de procurar indicadores que permitam uma melhor adequação da política implementada pelo MEC, fornecendo dados que possam subsidiar a aplicação dos recursos e a criação de programas específicos de melhoria nas condições de ensino e de atendimento ao estudante, o INEP pretende identificar as escolas que não estão cadastradas e que, portanto, não tem sido incluídas no censo escolar, para que elas passem a integrar as próximas pesquisas do censo.

Como subsídio para a realização deste censo escolar indígena, apresentei uma proposta de formulário com questões que a pesquisa deveria tentar responder. A partir do estudo dos levantamentos existentes tanto na Funai como no MEC, vim preparando ao longo do ano passado um questionário com questões básicas para a montagem de um cadastro de escolas indígenas. Minha idéia era gerar um instrumento de coleta de dados e avaliar a possibilidade do Mari/USP executar essa pesquisa, buscando infraestrutura, recursos humanos e financeiros. Na medida em que me aprofundei na análise dos levantamentos, ficou claro que seria uma empreita de grande envergadura, o que fugiria da proposta do projeto temático que chegava ao seu quarto e último ano de funcionamento. Mesmo assim, investi na elaboração deste roteiro, e ele acabou por ser constituir no instrumento motivador da proposta que o INEP executará este ano.

Pensei o instrumento, a partir da leitura e fichamento de vários levantamentos existentes, dividido em algumas partes, congregando informações sobre diferentes aspectos da existência e do funcionamento de escolas em áreas indígenas, que permitisse avaliar alunos, professores, infraestrutura e modalidades de ensino e constituir um "Cadastro Nacional de Escolas Indígenas".

6.3. Proposta de um instrumento para coleta de dados

Esse instrumento de coleta de dados, reproduzido a seguir, foi discutido na primeira reunião preparatória do censo escolar indígena, realizada em Brasília no mês de abril e da qual fui um dos participantes. Abaixo, reproduzo o questionário que organizei e que durante a reunião foi ampliado com novas questões.

CADASTRO NACIONAL DE ESCOLAS INDÍGENAS

1. Cadastro da Escola:

Estado:

Município:

Terra Indígena:

Situação da Terra Indígena:

Etnia:

Censo:(Fonte)

Nome Oficial da Escola:
Outro nome (indígena, etc):
Endereço da Escola:

Endereço para correspondência:

Rua:
Número:
Bairro:
Cidade:
Estado:
CEP:
Telefone:
Fax:

Responsável pela Escola: (pessoa ou associação)
Cargo:

Situação de Funcionamento:

Em atividade
Extinta
Paralisada

Situação de Regulamentação:

Início de funcionamento:
Data da criação:
Sem nenhum reconhecimento
Autorização para funcionar:
Cadastrada na Funai
Cadastrada na SEC Estadual
Cadastrada na SEC Municipal
Reconhecida na SEC Estadual
Reconhecida na SEC Municipal

Dependência Administrativa

Federal (?)
Estadual
Municipal
Funai
Ong – qual
Org. Indígena – qual
Missão – qual
Outras

2. Caracterização da Escola

Local de funcionamento da escola

Prédio escolar próprio
Improvizada na casa de alguém, na igreja, etc
Construção de alvenaria
Construção de madeira
Construção de palha
Banheiro
Biblioteca

Casa do Professor
Número de salas de aula

Equipamentos na escola

Aparelho de Televisão
Antena Parabólica
Vídeo Cassete
Máquina de escrever
Mimeógrafo
Projetor de Slides
Aparelho de Som

Programas Educacionais

Unidade Executora (Caixa Escolar, Conselho Escolar ou APM)
Merenda Escolar
Livro Didático
Repasse de recursos do FNDE direto à Escola
TV Escola
Transporte Escolar
Material Escolar
Biblioteca da Escola

3. Caracterização do Ensino

Níveis e modalidades de ensino:

Pré-Escolar
Classe de alfabetização
Fundamental
1º Ciclo
2º Ciclo
3º Ciclo
4º Ciclo
1º Série
2º Série
3º Série
4º Série
5º Série
6º Série
7º Série
8º Série
Médio
Adultos
Outro

Modalidades das turmas de ensino

Turmas com uma única série
Turmas multiseriadas

Horários e turmas

Matutino - início e fim
Vespertino - início e fim
Noturno - início e fim

Número de turmas por turno

Matutino

Vespertino

Noturno

Número de alunos por modalidade

Pré-Escolar

Classe de alfabetização

Fundamental

1º Ciclo

2º Ciclo

3º Ciclo

4º Ciclo

1ª Série

2ª Série

3ª Série

4ª Série

5ª Série

6ª Série

7ª Série

8ª Série

Médio

Educação de Adultos

Outro

Número total de alunos na escola

O ensino se dá em:

Língua Portuguesa

Língua Indígena - qual

Bílingue - quais

Outras línguas – quais

Utilizam materiais didáticos próprios

Quais os títulos:

Utilizam materiais didáticos nacionais

Quais os títulos:

A escola conta com alguma supervisão, orientação, apoio pedagógico

Secretaria Estadual

Secretaria Municipal

Funai

Ong – quais

Organização Indígena - quais

Missão - quais

Universidade -

Propostas pedagógicas

Currículo escolar (tem ou não tem)

Próprio reconhecido

Próprio não reconhecido

Próprio em reconhecimento

Secretaria Municipal
Secretaria Estadual

Calendário escolar

Diferenciado (SIM/NÃO)

Período de funcionamento da escola (meses)

Regimento escolar

Próprio

Município

Estado

4. Caracterização dos professores

Número de professores índios

Masculino

Feminino

Número de professores não-índios

Masculino

Feminino

Formação de professores índios

1ª a 4ª série completos

1ª a 4ª série incompletos

5ª a 8ª série completos

5ª a 8ª série incompletos

Magistério completo

Magistério incompleto

Em processo de formação

Situação funcional:

Concursados pela SEC Municipal

Concursados pela SEC Estadual

Concursados pela Funai

Contratados pela SEC Municipal

Contratados pela SEC Estadual

Contratados pela Funai

Contratados por Ong

Contratados por Missão

Sem remuneração

Formação de professores índios

1ª a 4ª série completos

1ª a 4ª série incompletos

5ª a 8ª série completos

5ª a 8ª série incompletos

Magistério completo

Magistério incompleto

Em processo de formação

Situação funcional:

Concursados pela SEC Municipal
 Concursados pela SEC Estadual
 Concursados pela Funai
 Contratados pela SEC Municipal
 Contratados pela SEC Estadual
 Contratados pela Funai
 Contratados por Ong
 Contratados por Missão
 Sem remuneração

Professores em processo de formação

Nome do programa
 Órgão ou entidade executora do programa

5. Outros

Funcionários da Escola

Funcionários Índios
 Merendeira
 Zelador
 Guarda
 Outros

Funcionários não-índios

Merendeira
 Zelador
 Guarda
 Outros

Esse formulário, assim estruturado e com as reformulações e acréscimos feitos durante a reunião realizada no MEC, será diagramado e formatado de modo a compor um primeiro formulário que será testado em algumas áreas indígenas, visando levantar problemas no seu preenchimento.

Sobre a estratégia de operacionalização do censo escolar indígena definiu-se que o mesmo não será efetuado nos moldes do censo escolar, isto é, envolvendo somente os setores de estatística das secretarias estaduais de educação. Uma estratégia própria será traçada levando em conta a especificidade deste levantamento e o fato de que um de seus objetivos é justamente identificar as escolas que não têm integrado o censo escolar. A proposta a ser construída tomará como base a proposta de constituição dos "Distritos Especiais de Saúde Indígena", que divide as terras indígenas em cerca de 30 unidades. Para cada distrito será determinado um coordenador, que será responsável pela identificação de pessoas e instituições que poderão

colaborar na aplicação dos questionários. Os mesmos serão enviados para Brasília, onde serão digitalizados. Com isso, fica garantida a participação da Funai e das organizações indígenas e de apoio aos índios no levantamento, o que permitirá a inclusão de escolas que até o momento não estavam sendo computadas nos levantamentos do Censo Escolar ou do Cadastro da Funai.

7. Publicação do "Diretório de Associações e Organizações Indígenas no Brasil"

Além de localizar os dados disponíveis no MEC e na FUNAI e de recolher levantamentos e diagnósticos produzidos por secretarias de educação e ONGs, concentrei meu trabalho na produção de um diretório nacional de endereços de instituições e organizações relacionadas à questão indígena no Brasil, que foi apresentado no relatório anterior. Este diretório foi organizado por unidade da federação e contém informações sobre o nome do órgão, instituição ou associação, sua sigla, endereço completo, telefone, fax e e-mail. Ele foi dividido em cinco categorias: (1) Organizações Governamentais/ Secretarias Estaduais de Educação; (2) Organizações Governamentais/ Administrações Regionais da Funai; (3) Organizações e Associações de Apoio aos Índios; (4) Instituições de Pesquisa e Universidades; e (5) Associações e Organizações Indígenas.

Este último era o que vinha apresentando maior dificuldade de ser construído e o único que não estava finalizado, quando da entrega do último relatório à Fapesp, dada a dificuldade de obtenção dos dados. Na época ele incluía cerca de 200 organizações e associações indígenas, algumas apenas nomeadas, visto que ainda não fora possível localizar vários endereços. Como não há informações sistematizadas nem cadastros disponíveis, empreendi um grande esforço para dar consistência a esse diretório². Para sua constituição, pesquisei no endereçário de várias organizações de apoio aos índios e mantive contato com uma expressiva gama de pesquisadores, indigenistas, órgãos e

² A única listagem disponível de organizações indígenas é a publicada pelo Instituto Socioambiental, em 1996, na obra *Povos Indígenas no Brasil 1991-1995*, da qual constam o nome de 109 organizações (não há endereços nesta listagem).

instituições relacionadas à temática indígena. A proposta apresentada no último relatório era prosseguir no levantamento e checagem de informações.

Este trabalho prosseguiu ao longo do ano e foi concluído com a sua publicação, viabilizada pelo Mari/USP em parceria com o INEP. Quando fechei a publicação, o número de organizações indígenas identificadas atingiu a cifra de 290, o que faz dessa publicação o mais completo levantamento até agora disponível sobre as associações e organizações indígenas no Brasil. Não obstante, ele apresenta várias lacunas, com um número ainda expressivo de organizações sobre as quais só consegui levantar o nome e o povo que ela representa. Resolvi manter tais indicações e realizar essa publicação como primeira edição, justamente para que se possa buscar a correção e a complementação das informações ali apresentadas.

O diretório está sendo enviado para todas as organizações indígenas com endereços conhecidos e para as organizações de apoio com um pedido de que avaliem as informações ali disponibilizadas, corrigindo ou complementado o que for do conhecimento delas. Com isso, poderemos buscar meios para uma segunda edição, com uma maior tiragem e distribuição. A primeira edição teve uma tiragem de 600 exemplares, que foram objeto de dois lançamentos, durante a semana do índio: na Biblioteca do CIBEC, em Brasília, e no Teatro das Bacabeiras, em Macapá.

Já recebi duas propostas para disponibilizar o "Diretório de Associações e Organizações Indígenas no Brasil" na internet. O Instituto Socioambiental, que mantém uma página sobre os povos indígenas e uma tabela com o nome das associações indígenas manifestou interesse em disponibilizar este diretório, apresentando somente a sigla e nome das organizações. Já a ONG Amigos da Terra, que está lançando uma página sobre a Amazônia, quer disponibilizar o diretório na íntegra, com os nomes e endereços das associações. Por outro lado, o diretório tem sido requisitado em versão digital para compor bases de dados de órgãos governamentais. O MEC e a Fundação Nacional de Saúde, através da Coordenadoria de Saúde do Índio, já requisitaram uma cópia em disquete para compor seus endereçários.

8. Alguns comentários à guisa de conclusão

Neste relatório, e no anterior, procurei apresentar os diferentes tipos e bases de dados que tanto o MEC como a Funai possuem a respeito da educação escolar indígena no país. Minha avaliação é que já foram dispendidos vários esforços sem que se tenha logrado um sistema eficiente de coleta, sistematização e produção de informações confiáveis sobre esse setor. Assim, a proposta de realização de um censo escolar indígena que produza um conjunto de informações que possam ser armazenadas num banco de dados próprio, que permita constituir e manter atualizado um cadastro nacional de escolas indígenas e de professores indígenas, representa um avanço real neste processo de estruturação de uma política pública de educação para os índios. A proposta que está sendo discutida no INEP é a de que esta pesquisa qualitativa possa ser re-feita nos próximos anos, de forma a incluir todas as escolas localizadas em áreas indígenas, e que estas sejam inseridas no sistema educacional do país, recebendo os benefícios que tal inclusão permite.

Diante da complexidade de se realizar um diagnóstico da situação da educação escolar indígena no país, com vistas a produção de dados qualitativos e quantitativos, dificuldade evidente quando se analisa os esforços empreendidos até agora por estes dois órgãos governamentais (MEC e Funai), parece certa a conclusão a que cheguei no último relatório, de que não caberia ao MARI se lançar num empreendimento desta natureza, mas buscar junto à Funai e ao MEC uma articulação e parceria que permitisse a configuração de uma base de dados unificada para a qual poderíamos propiciar uma assessoria antropológica que permitisse impor rigor tanto na coleta, quanto na análise, manutenção e produção de informações. Assim, a proposta de realização desse censo escolar indígena parece caminhar nesta direção.

Em suma, os bancos de dados já disponíveis permitem uma primeira aproximação a este complexo universo das escolas indígenas no Brasil. Para que eles se tornem efetivos, tanto no sentido de fornecerem dados confiáveis quanto no de permitirem sua atualização constante, será necessário estabelecer uma ampla rede de informações que não esteja limitada a um único informante, seja o técnico da secretaria seja o técnico da Funai, e que

permita a checagem e conferência permanente das informações. Novamente, a proposta do censo escolar encaminha-se neste sentido. A participação das organizações indígenas e das organizações de apoio que desenvolvem trabalhos educacionais com certas comunidades indígenas é fundamental para a consolidação de uma base de dados consistente, que permita ao poder público traçar metas e elaborar programas que beneficiem a totalidade das escolas indígenas do país.

Neste sentido, tenho uma avaliação positiva dos esforços realizados nesta pesquisa, dentro do projeto temático do Mari/USP, e de sua divulgação, que resultou numa articulação dos principais órgãos públicos responsáveis pela assistência educacional aos povos indígenas. Penso que a continuidade deste levantamento deveria canalizar iniciativas que apontassem caminhos para o estabelecimento de uma articulação envolvendo os órgãos governamentais, entidades da sociedade civil, organizações indígenas e universidades, que redundasse numa proposta de estruturação de um cadastro efetivo das escolas e dos professores indígenas, que permitisse tanto a investigação científica quanto o balizamento das ações governamentais neste setor.

Assim, o levantamento prosseguirá com a análise dos dados que foram consolidados do censo de 1998, e no acompanhamento dos trabalhos de elaboração do censo escolar indígena em 1999 e de seus resultados. Também permanece no horizonte de trabalho a atualização do "diretório de organizações indígenas" e sua nova publicação corrigida e ampliada.

Luís Donisete Benzi Grupioni

Maior/99

9. Bibliografia citada

FUNAI - Cadastro de escolas indígenas - dados consolidados de 1997, mimeo, Brasília, 1999.

Grupioni, Luís Donisete Benzi – “De alternativo a oficial: sobre a (im)possibilidade da educação escolar indígena no Brasil” in D’Angelis, Wilmar e Veiga, Juracilda (Orgs) – Leitura e Escrita em Escolas Indígenas, ALB/ Mercado de Letras, São Paulo, 1997.

INEP – Plano Nacional de Educação – Proposta do Executivo ao Congresso Nacional, INEP/MEC, Brasília, 1998.

INEP - Sinopse Estatística da Educação Básica – Censo Escolar 97, INEP/MEC, Brasília 1998.

Homepage do MEC

Homepage da Funai

MEC – Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, mimeo., 1998.

MEC - Formulário do Censo Escolar 1987.

MEC - Formulário do Censo Escolar 1999.